

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 89**

**IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL DA  
AGRICULTURA SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL BRASILEIRO**

**Mauro Borges Lemos**

**Outubro de 1995**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

**IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL DA AGRICULTURA  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
BRASILEIRO**

**Mauro Borges Lemos**

Chefe do Departamento de Ciências Econômicas e Professor do CEDEPLAR/UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG  
BELO HORIZONTE  
1995**

Ficha catalográfica

338.45(73) A345p 1995	LEMOS, Mauro Borges. Impactos da abertura comercial da agricultura sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG, 1995. 25p. (Texto para discussão: 89 1. Produtos agrícolas - Brasil-Comercialização. 2. Desenvolvimento regional - Brasil. 3. Agricultura e estado - Brasil. 4. MERCOSUL. 5. Acordo geral de tarifas e comércio (organização). I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. Título. III. Série.
-----------------------------	---

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE .....	8
2 AS TRÊS ESFERAS DA POLÍTICA DE ABERTURA COMERCIAL AGRÍCOLA .....	18
3 DIMENSÃO REGIONAL DA ABERTURA COMERCIAL DA AGRICULTURA .....	20
4 COMENTÁRIOS FINAIS .....	23
BIBLIOGRAFIA .....	25



## **ABSTRACT**

*This paper analyses the impacts of agricultural trade liberalization on the Brazilian regional development. Section 1 describes the main characteristics of the recent regional development in Brazil. Industrial decentralization emerges as the main inducing device to achieve a more balanced development between the Brazilian regions. However, this decentralization has been concentrated in some new industrial areas of the Southeast and South. Section 2 assesses the possible impacts of trade reforms (GATT, MERCOSUL and liberalization policy) on the Brazilian agriculture. Finally, Section 3 analyses these impacts at the regional level. The major impact is on the South, which can have important costs in some cash crops but can also have benefits from its well structured agroindustrial system. On the Southeast the expected impact is moderate while the impact on the Centre-West depends on prospects of export growth, on the Northeast is uncertain and on the North is minor.*

## **RESUMO**

*Este artigo analisa os possíveis impactos da abertura comercial da agricultura sobre o desenvolvimento regional brasileiro. A Seção 1 descreve as principais características do desenvolvimento regional no país, dando ênfase no processo de desconcentração industrial, o qual, no entanto, concentrou-se em algumas áreas industriais do Sul-Sudeste. A Seção 2 avalia como as reformas do comércio agrícola (GATT, MERCOSUL e a política de liberalização) podem afetar a agricultura brasileira. Finalmente, a Seção 3 analisa estes impactos a nível regional, dando ênfase ao caráter desigual destes impactos sobre o desenvolvimento das agriculturas regionais.*

## INTRODUÇÃO

O sentimento generalizado na sociedade brasileira em relação ao efeito positivo da abertura comercial recente sobre o desenvolvimento econômico merece qualificações importantes, particularmente no caso da agricultura.

Os estudos clássicos sobre industrialização comparada entre países baseadas em séries históricas (Chenery, Robinson e Syrquin, 1986) sugerem que não existe uma correlação consistente positiva entre nível de abertura e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, existe uma forte correlação entre desenvolvimento e a consistência do processo de abertura, no sentido da articulação da política comercial com as políticas setoriais tanto industrial como agrícola. Ou seja, as experiências históricas recentes de industrialização, como os NICs asiáticos, tem mostrado que os benefícios do processo de abertura dependem de um rigoroso planejamento estatal para a compatibilização dos objetivos da política comercial com as políticas setoriais de fomento a atividade produtiva interna.

Mesmo que os custos da desorganização produtiva decorrentes da abertura não-planejada são generalizados, eles são setorialmente diferenciados e especialmente elevados no setor agrícola, dado a sua heterogeneidade, com grande número de mini e pequenos produtores vulneráveis. Exemplo disso foram os efeitos perversos do programa de ajuda alimentar dos anos 1960 ("Food Aid") sobre os sistemas agrícolas de diversos países do Terceiro Mundo, sobretudo nos subsistemas de policultura alimentar de subsistência da África e América Latina (Friedmann, 1982 e Morgan, 1979).

No caso da abertura comercial brasileira recente, estas preocupações são pertinentes dado a ausência até o momento de um estado planejador capaz de articular a política comercial com as políticas setoriais visando objetivos de longo prazo do desenvolvimento econômico.

As reflexões do presente trabalho sobre os riscos da abertura não-planejada vão se concentrar nos possíveis efeitos da política de abertura comercial da agricultura sobre o desenvolvimento regional brasileiro.

A Seção 1 fará um diagnóstico sucinto do desenvolvimento regional brasileiro recente, a Seção 2 discutirá as três esferas da abertura comercial agrícola e a Seção 3 os possíveis impactos regionais desta abertura.

## 1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE

A principal característica do desenvolvimento regional recente no Brasil tem sido o processo de desconcentração produtiva desde o final dos anos 1960. Este processo vem alterando o padrão regional brasileiro de desenvolvimento, caracterizado até então pela polarização econômica de São Paulo, especialmente de sua região metropolitana (RMSP). Dado a dimensão e consistência temporal desta desconcentração, a literatura a caracteriza como uma verdadeira reversão da polarização (Diniz, 1993), o que representa um novo estágio da industrialização brasileira de ocupação econômica do espaço nacional

A análise da desconcentração como reversão da polarização decorre do papel da indústria como núcleo motor desta redistribuição geográfica do produto nacional. Num primeiro momento, a desconcentração produtiva centrou-se na expansão das fronteiras agrícola e mineral, sendo seguida num segundo momento pela expansão geográfica das atividades industriais nos novos espaços económicos.

A expansão geográfica da indústria tem decorrido tanto do poder de repulsão do pólo original como do poder de atração das novas áreas industriais, processos estes que atuam de forma interativa.

O primeiro decorre das deseconomias de aglomeração da RMSP, resultando em custos crescentes dos fatores de produção.

O segundo resulta do poder de atração das novas atividades agrícolas e minerais sobre a atividade industrial. As vantagens de localização perto das fontes de matérias-primas faz com que a indústria siga a trilha do deslocamento da fronteira de recursos naturais. Por sua vez, a própria aglomeração industrial originada do efeito de polarização baseada em recursos naturais cria um poder de atração sobre novas atividades industriais, em função de economias externas decorrentes dos efeitos de indução dos encadeamentos inter-industriais e da densidade dos serviços nos novos centros urbanos.

No caso brasileiro, os fatores de repulsão e atração favoráveis a desconcentração foram potencializados pela política de planeamento estatal, que direcionou grandes volumes de investimentos para infra-estrutura - especialmente transportes, energia e telecomunicações -, investimento direto das empresas públicas e programas especiais de desenvolvimento regional - SUDENE, SUDAM, SUFRAMA, etc.,

Os dados da Tabela 1 sobre a distribuição da produção industrial segundo as grandes regiões e principais estados da Federação mostram que no período 1970-90 São Paulo e em maior medida sua região metropolitana perdem continuamente posição relativa. Com uma intensidade ainda maior o mesmo observa-se para o Rio de Janeiro, a segunda maior concentração industrial do país. A tendência declinante do Sudeste na produção industrial foi parcialmente contrarrestada pela maior participação relativa de Minas Gerais, que aproxima-se da participação do Rio de Janeiro, e Espírito Santo. Todas as demais regiões se beneficiaram da desconcentração, principalmente as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, sendo as duas primeiras palco da expansão das fronteiras agrícolas das décadas de 1950/60 e 1970/80, respectivamente, e a última da expansão da fronteira mineral a partir do final dos anos 1970.

Como mostram as Tabelas 3 e 4, o deslocamento espacial da distribuição da produção agrícola em direção ao Centro-Oeste consolida-se na década de 1980, graças as novas variedades de sementes adaptadas às diversas vegetações e eco-sistemas do cerrado e as técnicas agronômicas de correção de solos e controle de pragas.

O fator novo da década de 1990 decorre da reestruturação industrial da economia brasileira em decorrência da política de abertura comercial e das mudanças tecnológicas e organizacionais da indústria

nacional, que mesmo tardiamente iniciou um rápido processo de absorção das tecnologias de processo e organização do paradigma da informação. Como salienta Diniz e Crocco (1995: 23), este novo padrão tecnológico e a conseqüente emergência de novos setores industriais tendem a restringir o processo de desconcentração macro-espacial que vinha se desenhando desde a década de 1970. Isto porque o alto conteúdo de ciência básica e aplicada da nova base tecnológica, mesmo que se restrinja a adaptação e melhoria de inovações em fase de maturação a nível mundial, requer uma estreita proximidade e colaboração entre a atividade produtiva, uma complexa infra-estrutura de transportes e telecomunicações, centros de geração e desenvolvimento tecnológico (parques, pólos e incubadoras) e centros de produção científica (universidades, institutos de pesquisa, etc.). Neste sentido, os dados mais recentes apontam para um redesenho da distribuição geográfica dos setores mais dinâmicos da produção industrial em áreas selecionadas contíguas ao pólo industrial da RMSP, ou seja, esta nova redistribuição aponta para uma desconcentração restringida da produção industrial.

Este novo fenômeno da desconcentração restringida indicado originalmente por Diniz (1993) fica claro com a identificação das áreas industriais especializadas, denominadas de "aglomerações industriais relevantes" - AIRs - (Diniz e Crocco, 1995), que com base no Censo Industrial de 1980 totalizam 76 áreas e concentram 84% do pessoal ocupado (PO) e 90% do valor da transformação industrial (VTI). Na Tabela 4, a classificação de Diniz e Crocco (1995) das AIRs segundo o grau de dinamismo ("estagnadas", "estabilizadas", "dinâmicas", "muito dinâmicas") confirmam uma grande concentração das AIRs "dinâmicas" e "muito dinâmicas" dentro do polígono polarizado pela RMSP, o qual possui como vértices Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Maringá (PR), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP). Diniz (1993) caracteriza este desenvolvimento regional como "poligonal", a medida que crescimento industrial se restringiu geograficamente a novas áreas industriais incluídas num polígono que engloba apenas áreas selecionadas das regiões Sul e Sudeste no entorno do pólo da RMSP. O caráter restringido da desconcentração industrial fica, portanto, evidente quando observa-se que apenas AIRs dos estados do Sul e do estado de Minas Gerais estão incluídas neste polígono de crescimento industrial acelerado, representando 78% das AIRs da região Sul, 70% das AIRs de São Paulo e 50% das de Minas Gerais. Fazendo o corte apenas das AIRs "muito dinâmicas" (taxa de crescimento de pessoal ocupado 50% acima da média nacional), observa-se que 80% destas AIRs (no total de 19) estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, enquanto que as 3 outras estão espalhadas nas demais regiões como casos isolados decorrentes de incentivos fiscais (Manaus, Natal e DF) (Diniz e Crocco, 1995: 31).

TABELA 1

Brasil  
Distribuição do Valor da Transformação Industrial segundo  
Grandes Regiões e Principais Estados - 1970-1990

(%)

Regiões e Estados Selecionados	1970	1980	1985	1990
Amazonas	0,4	1,6	1,7	2,0
Pará	0,4	0,7	0,6	0,9
Demais Estados (RO, AC, RR, AP)	0,0	0,1	0,2	0,2
<b>Norte</b>	<b>0,8</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>3,1</b>
Pernambuco	2,2	2,0	2,0	1,8
Bahia	1,5	3,5	3,8	4,0
Demais Estados (MA, PI, CE, RN, PB, AL, SE)	2,0	2,6	2,8	2,6
<b>Nordeste</b>	<b>5,7</b>	<b>8,1</b>	<b>8,6</b>	<b>8,4</b>
São Paulo	58,1	53,4	51,9	49,3
Área Metropolitana de SP	44,0	33,0	29,4	26,3
Rio de Janeiro	15,7	10,6	9,5	9,9
Área Metropolitana do RJ	12,1	8,0	7,7	...
Minas Gerais	6,5	7,7	8,3	8,8
Espírito Santo	0,5	0,9	1,2	1,3
<b>Sudeste</b>	<b>80,8</b>	<b>72,6</b>	<b>70,9</b>	<b>69,3</b>
Paraná	3,1	4,4	4,9	5,6
Santa Catarina	2,6	4,1	3,9	4,1
Rio Grande do Sul	6,3	7,3	7,9	7,7
<b>Sul</b>	<b>12,0</b>	<b>15,8</b>	<b>16,7</b>	<b>17,4</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8</b>

FONTE: FIBGE - Censos Industriais 1970, 1975, 1980 e 1985.

Negri & Pacheco (1992), estimativas para o ano de 1990.

Apud. DINIZ, C.C. & CROCCO, M.A. (1995)

TABELA 2

Participação Relativa no VTI (1985) e Variação Percentual 1970-1985  
Aglomerações Industriais Relevantes, segundo estratos selecionados

AIRs	P.O. 1970*	P.O. 1991**	Var. Média Anual
BRASIL	2.699.969	5.549.637	3.49
<b>Abaixo da Média Brasileira</b>			
Lages	8.399	7.315	-0.66
Bagé/Uruguaiana	8.671	9.565	0.47
Médio Iguaçu	7.354	8.823	0.87
Caruaru	7.206	8.831	0.97
Cons. Lafaiete/ Ouro Branco	11.119	13.673	0.99
São Paulo	906.907	1.205.750	1.37
Rio de Janeiro	224.465	312.833	1.59
Petrópolis	25.077	35.543	1.67
Barbacena	7.030	10.726	2.03
Dourados	3.551	5.516	2.12
Guarapuava	6.164	9.845	2.25
Niterói	56.564	91.443	2.31
Juiz de Fora	16.016	28.465	2.78
Recife	52.354	93.482	2.80
Presidente Prudente	6.424	11.533	2.83
Pelotas/Rio Grande	9.968	18.330	2.94
Furnas	7.506	14.297	3.12
Ponta Grossa	10.430	19.871	3.12
Santos/ Cubatão	21.154	40.303	3.12
Ipatinga/ Monlevade	18.743	36.108	3.17
Feira de Santana	3.837	7.458	3.22
Cascavél/Foz do Iguaçu	7.975	15.558	3.23
Jaú	8.425	16.748	3.33
Campos	12.756	25.691	3.39
Jundiaí	29.693	59.994	3.41
Porto Alegre	109.497	221.845	3.42
Volta Redonda	20.891	42.441	3.43
<b>Entre a Média Br. e 25% acima da Média Br.</b>			
Pirassununga/Mogi Mirim	14.759	30.571	3.53
Maceió	9.358	19.453	3.55
Marília	7.833	16.327	3.56
São José dos Campos	46.844	100.183	3.69
Lindóia	9.347	20.193	3.74
São Jerônimo/Triunfo	4.899	10.870	3.87
Belém	14.439	32.983	4.01
Divinópolis	9.609	23.082	4.26
Divinópolis	9.609	23.082	4.26
Mococa	5.697	13.812	4.31

AIRs	P.O. 1970*	P.O. 1991*	Var. Anual
<b>Entre 25% Acima da Média Br. e 50% Acima da Média Br.</b>			
Sorocaba	34.951	87.882	4.49
Criciúma/Tubarão	11.442	28.801	4.49
Blumenau	29.044	74.427	4.58
Salvador	27.560	70.668	4.59
Sete Lagoas	4.955	12.719	4.59
Bauru	8.871	23.140	4.67
Piracicaba	18.684	49.673	4.77
Ribeirão Preto	13.728	36.568	4.78
São Bento do Sul	10.807	28.935	4.80
Chapecó	5.740	15.575	4.87
Campinas	71.201	193.460	4.87
Rio Claro	4.686	12.952	4.96
Belo Horizonte	61.551	173.460	5.06
Franca	9.485	26.752	5.06
Santa Cruz do Sul	5.287	15.027	5.10
Concórdia	9.775	28.163	5.17
<b>Acima de 50% da Média Br.</b>			
Araraquara	15.377	45.162	5.26
Uberlândia	5.246	16.696	5.67
Caxias do Sul	23.481	75.422	5.71
Fortaleza	24.900	80.444	5.74
Pouso Alegre	4.569	14.967	5.81
Bragança Paulista	3.849	12.631	5.82
Aracaju	6.294	20.839	5.87
Joinville	21.825	72.847	5.91
Curitiba	37.888	127.543	5.95
Londrina	9.731	33.475	6.06
Maringá	3.499	12.314	6.17
João Pessoa	7.831	29.599	6.54
Lajeado	5.208	19.709	6.54
Goiânia	11.757	46.365	6.75
Canela/Gramado	11.341	44.988	6.78
Natal	7.370	29.495	6.83
Tatuí	3.602	14.552	6.87
Bebedouro	5.586	22.671	6.90
Vitória do Santo Antão	12.056	48.973	6.90
São José do Rio Preto	4.587	19.076	7.02
Timbaúba	9.182	42.838	7.61
Vitória	8.463	40.363	7.72
Distrito Federal	4.450	22.592	8.04
Manaus	9.908	57.185	8.71

FONTE: \* FIBGE - Censo Industrial 1970

\*\* RAIS 1991

Apud. DINIZ.C.C. & CROCCO.M.A (1995)

TABELA 3

**Brasil: Produção dos Principais Grãos (Arroz, Feijão, Milho, Soja e Trigo)  
e Efetivo Bovino, em Estados e Regiões Selecionados**

Estados/Regiões	Produção Agrícola média trienal (em 1000t)				Efetivo Bovino (1000 cabeças)		
	1968/70	1974/76	1983/86	1989/91	1970	1985	1990
<i>NORTE</i>	168,22	108,30	650,12		2.240,00	5.273,40	13.317,0
<i>NORDESTE</i>	3111,52	2.085,20	2.850,23	766,00	20.379,0	23.015,0	26.190,3
Bahia	519,48	453,07	473,73		8.560,00	10.255,8	11.505,4
<i>SUDESTE</i>	6571,73	7.175,17	9.847,10		35.771,0	34.620,7	36.323,2
Minas Gerais	2899,43	2.732,27	4.397,53	4.827,00	20.856,0	19.847,8	20.471,6
São Paulo	2840,60	4.048,93	4.941,57	5.231,00	11.496,0	11.260,6	12.262,9
<i>SUL</i>	10059,27	20.745,2	28.011,5	27.912,0	19.426,0	24.387,2	25.326,0
Paraná	3738,33	9.059,98	12.040,8	11.770,0	4.591,00	8.046,80	8.616,80
Santa Catarina	1387,93	3.052,19	3.297,97	3.464,00	272,00	2.777,30	2.994,10
Rio Grande do Sul	4232,97	8.633,04	12.672,7	12.676,0	12.563,0	13.563,1	13.715,1
<i>CENTRO-OESTE</i>	2577,60	2.068,52	9.064,30		20.048,0	41.126,5	45.945,9
Goiás	1875,60	1.374,20	3.831,67	4.421,00	9.848,00	19.551,1	17.095,5
Mato Grosso do Sul			3.002,00	3.512,00		14.991,4	17.732,4
Mato Grosso	696,40*	694,32*	2.150,00	4.488,00	10176*	6.507,60	8.473,90
<i>OUTRAS</i>		460,70**					
<i>BRASIL</i>	26.048,0	32.643,0	50.468,3	56.603,0	97.864,0	128.422,	147.102,

**FONTE:** IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, vários anos

\* inclui Mato Grosso do Sul

\*\* Os estados de Rondônia, Roraima, Amapá e o Distrito Federal estão incluídos em OUTRAS



TABELA 4

**BRASIL: Produção de Grãos Segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação  
Média Trienal - 1970/94**

Estados	1968/70		1974/76		1979/81		1984/86		1989/91		1992/94	
	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)
Norte	171,79	0,69	369,13	0,94	624,78	1,36	876,37	1,60	1.639,03	2,77	1.691,07	2,44
Rondônia	22,65	0,09	149,47	0,38	272,58	0,59	445,70	0,81	488,60	0,83	594,17	0,86
Acre	13,25	0,05	43,27	0,11	47,60	0,10	72,30	0,13	109,93	0,19	118,83	0,17
Amazonas	5,35	0,02	7,90	0,02	18,13	0,04	6,67	0,01	10,03	0,02	11,67	0,02
Roraima	2,77	0,01	6,73	0,02	34,70	0,08	20,30	0,04	20,07	0,03	37,07	0,05
Pará	126,87	0,51	160,47	0,41	249,70	0,54	329,40	0,60	452,00	0,76	480,87	0,69
Amapá	0,90	0,00	1,30	0,00	2,07	0,00	2,00	0,00	0,53	0,00	-	-
Nordeste	3.089,75	12,33	3.102,17	7,89	2.652,20	5,76	4.428,33	8,10	4.115,83	6,96	4.296,17	6,19
Maranhão	958,87	3,83	1.059,77	2,70	1.276,08	2,77	1.300,47	2,38	1.175,37	1,99	1.004,87	1,45
Piauí	208,70	0,83	232,07	0,59	205,40	0,45	610,57	1,12	632,47	1,07	499,97	0,72
Ceará	524,17	2,09	430,07	1,09	193,23	0,42	461,50	0,84	523,20	0,88	554,67	0,80
R.G.do Norte	111,25	0,44	96,77	0,25	19,20	0,04	155,23	0,28	95,33	0,16	103,43	0,15
Paraíba	250,82	1,00	206,60	0,53	103,63	0,23	303,10	0,55	217,63	0,37	144,93	0,21
Pernambuco	347,78	1,39	425,03	1,08	186,00	0,40	384,37	0,70	254,47	0,43	210,63	0,30
Alagoas	105,60	0,42	98,57	0,25	76,00	0,17	125,30	0,23	95,80	0,16	121,03	0,17
Sergipe	62,50	0,25	64,23	0,16	54,10	0,12	173,00	0,32	92,90	0,16	98,57	0,14
Bahia	520,07	2,08	489,07	1,24	538,55	1,17	914,80	1,67	1.028,67	1,74	1.558,07	2,25
Sudeste	7.659,80	30,56	8.055,77	20,50	8.900,54	19,33	10.861,57	19,86	11.203,53	18,95	12.267,87	17,69
Minas Gerais	3.531,33	14,09	3.564,03	9,07	4.150,28	9,01	5.001,33	9,14	5.121,80	8,66	6.184,43	8,92
Espírito Santo	366,87	1,46	302,80	0,77	307,40	0,67	429,50	0,79	427,07	0,72	426,13	0,61
Rio de Janeiro	199,78	0,80	140,00	0,36	150,50	0,33	199,67	0,37	129,13	0,22	134,77	0,19
São Paulo	3.561,82	14,21	4.048,93	10,30	4.292,35	9,32	5.231,07	9,56	5.525,53	9,35	5.522,53	7,96
Sul	11.428,68	45,60	23.496,90	59,80	27.234,77	59,15	28.204,50	51,57	28.898,50	48,88	35.894,23	51,75
Paraná	4.432,43	17,69	9.930,33	25,27	12.074,77	26,22	12.163,30	22,24	12.162,17	20,57	14.115,20	20,35
Santa Catarina	1.389,65	5,55	3.158,90	8,04	3.786,82	8,22	3.753,70	6,86	3.704,60	6,27	4.952,17	7,14
R.G. do Sul	5.606,60	22,37	10.407,67	26,49	11.373,18	24,70	12.287,50	22,47	13.031,67	22,04	16.826,87	24,26
Centro-Oeste	2.710,30	10,82	4.269,13	10,87	6.631,37	14,40	10.325,53	18,87	13.264,87	22,44	15.214,43	21,93
M.Grosso do Sul	-	-	-	-	1.928,74	4,19	3.145,93	5,75	3.552,10	6,01	3.496,77	5,04
Mato Grosso	721,83	2,88	1.842,07	4,69	1.333,92	2,90	2.703,47	4,94	4.520,50	7,65	5.944,90	8,57
Goiás	1.982,80	7,91	2.423,07	6,17	3.340,93	7,26	4.377,73	8,00	5.016,63	8,49	5.563,47	8,02
Distrito Federal	5,67	0,02	4,00	0,01	27,77	0,06	98,40	0,18	175,63	0,30	209,30	0,30
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	557,87	0,94	448,47	0,65
BRASIL	25.060,30	100,00	39.293,07	100,00	46.043,68	100,00	54.695,20	100,00	59.121,67	100,00	69.363,77	100,00

FONTES: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil vários anos; para o período 1959-1991

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária - "Previsão e Acompanhamento de Safras" - julho de 1993 e junho de 1994 para o período 1992/1994.

No entanto, esta tendência recente da desconcentração industrial não implica necessariamente em maior desequilíbrio do desenvolvimento regional brasileiro. Diversos fatores de natureza institucional e econômica tem contribuído para contrarrestar a tendência ao aumento do desequilíbrio, como as políticas públicas e supranacionais na área de saúde e a expansão das fronteiras agrícola e mineral em direção ao Centro-Oeste e Norte, respectivamente. A expansão da fronteira agrícola nas duas últimas décadas tem representado especialmente uma vigorosa desconcentração do produto agrícola nacional, sustentada pela produção de grãos e pecuária de corte. Apesar da ausência de dados atuais sistematizados, as informações disponíveis tem mostrado que de fato a agroindústria tem acompanhado o deslocamento da fronteira agrícola dentro de uma defasagem temporal esperada. Caso eloquente da agroindústria da soja, que até o início da década de 1980 estava concentrada na região Sul. Estima-se para a década de 1990 uma drástica redistribuição geográfica para as áreas de cerrado, que em 1992 já detinham mais de 1/5 da capacidade instalada de processamento de oleaginosas e refino de óleos (Burnquist 1994: 54-55).

A tendência à redução da defasagem de desenvolvimento entre as regiões tem sido confirmada por estudos recentes. Usando um conceito mais amplo de desenvolvimento através da composição de indicadores sociais e econômicos, a conclusão de Albuquerque e Villela (1991) aponta para uma evolução positiva do desenvolvimento regional brasileiro nas duas últimas décadas, apesar do desaceleração desta evolução na década de 1980 em relação a década de 1970. A Tabela 5 apresenta os resultados obtidos por estes autores para o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR), que constitui uma ponderação dos indicadores "esperança de vida", "taxa de alfabetização" e "rendimento domiciliar per capita". O IDR apresenta-se como uma versão modificada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, que substitui o "PIB per capita" pelo "rendimento domiciliar per capita".

As tendências do desenvolvimento por estado e macrorregião mostradas na Tabela 5 são: dinamismo dos anos 1970, apesar de inferior ao do PIB per capita; evolução positiva para os anos 1980 apesar de inferior a década anterior; menores dispersões inter-regionais e inter-estaduais dos IDR e seus componentes em comparação com o PIB per capita; significativa redução dos desníveis regionais no tempo (Ibid.: 43). O mesmo pode-se dizer dos desníveis urbano-rurais de desenvolvimento relativo, como indica a Tabela 6, com redução significativa para o período 1970--88.

TABELA 5

**Brasil: tendências do desenvolvimento  
por macrorregiões, 1970-88**

Macrorregiões	Esperança de Vida ao Nascer (anos)			Taxa de Alfabetização			Rendimento Domiciliar Per Capita (CZ\$ mil de 88)			Índice de Desenvolvimento Relativo			PIB Per Capita (US\$ de 1988)		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
Nordeste	44,4	51,6	58,8	45,3	54,6	63,5	8,9	15,9	14,5	0,29	0,46	0,56	488	928	918
Norte	54,1	64,2	68,2	63,4	70,7	88,1	13,1	22,7	26,6	0,50	0,69	0,81	697	1416	1401
Centro-Oeste	56,0	64,7	68,4	64,0	74,7	83,1	15,3	31,6	30,9	0,54	0,75	0,82	889	1971	1949
Sudeste	56,9	63,6	67,1	76,0	83,1	88,2	29,0	45,8	37,4	0,68	0,83	0,86	1920	3253	3217
Sul	60,3	67,0	70,1	75,5	83,7	87,5	17,5	32,4	27,9	0,65	0,82	0,85	1179	2408	2382
Coef. de	9,9	8,7	6,0	17,2	14,5	11,5	40,4	34,0	27,2	25,7	18,6	14,3	48,1	40,3	40,3
BRASIL	52,7	60,1	64,9	66,0	74,6	81,1	19,9	33,8	29,1	0,55	0,72	0,78	1253	2266	2241

**FONTE:** VELLOSO, J.P.R. (org.) - A Questão Social no Brasil. São Paulo: Nobel, 1991, p. 42.

**NOTA:** (\*) considera apenas a população urbana.

TABELA 6

**Brasil: os desníveis urbano-rurais  
de desenvolvimento, 1970-88**

Macrorregiões	Índices de Desenvolvimento Relativo (IDR)						Desníveis Urbano-Rurais (Urbanos = 100)		
	Urbanos			Rurais					
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1988
Nordeste	0.421	0.575	0.647	0.166	0.317	0.414	39.3	55.2	64.1
Norte	0.641	0.795	0.819	0.386	0.565	-	60.2	71.0	-
Centro-Oeste	0.667	0.812	0.858	0.444	0.614	0.664	66.6	75.6	77.4
Sudeste	0.747	0.857	0.883	0.444	0.637	0.669	59.4	74.3	75.7
Sul	0.745	0.865	0.872	0.532	0.718	0.735	71.4	83.0	84.3
Coef. de	18.5	13.6	10.7	31.3	23.8	19.7	18.4	12.8	9.6
BRASIL	0.667	0.796	0.825	0.349	0.508	0.566	52.3	63.8	68.6

**FONTE:** VELLOSO, J.P.R. (org.) - A Questão Social no Brasil. São Paulo: Nobel, 1991, p. 44.

Em síntese, o desenvolvimento regional recente no Brasil se caracteriza pela consolidação do processo de desconcentração produtiva, a qual tem favorecido uma redistribuição do produto e renda nacional favorecendo uma redução das desigualdades regionais, mesmo que de uma forma desigual entre as regiões favorecidas. Entretanto, a reestruturação que vem ocorrendo na indústria brasileira tende a reconcentrar o dinamismo industrial nas regiões Sudeste-Sul, apontando para uma nova etapa do processo de desconcentração industrial caracterizada como desconcentração "restringida" ou "concentrada" (Diniz, 1993). Os riscos de um impacto negativo deste novo processo sobre a distribuição regional da renda nacional depende não apenas de políticas compensatórias do setor público mas também de políticas que consolidem a ocupação econômica das regiões emergentes baseada em recursos naturais, especialmente o desenvolvimento agrícola dos últimos 20 anos do Brasil-Central.

Neste sentido, a dimensão regional da abertura comercial da agricultura assume grande importância para o futuro próximo do desenvolvimento econômico brasileiro. Esta questão tem sido pouco contemplada nos inúmeros estudos sobre os efeitos da abertura sobre a agricultura, contemplando principalmente o corte setorial, sendo que a questão regional só emerge nos estudos de caso.

A pretensão do presente trabalho não será de suprir esta falha, mas levantar pontos para o delineamento de uma agenda de discussões sobre a dimensão regional da abertura comercial.

Antes de uma análise exploratória de cada tema, merece ser destacado algumas qualificações sobre as três esferas institucionais do processo de liberalização comercial: a esfera do GATT, o Mercosul e a esfera interna da liberalização comercial brasileira.

## **2 AS TRÊS ESFERAS DA POLÍTICA DE ABERTURA COMERCIAL AGRÍCOLA**

Segundo Fagundes (1994), as projeções dos diversos modelos de impacto da reforma de liberalização agrícola (tarificação, redução dos subsídios e "acesso mínimo") da Rodada Uruguai projetam para o Brasil e outros países em desenvolvimento um aumento da produção agrícola e do grau de auto-suficiência alimentar. No entanto, Fonseca (1994: 41) argumenta que, devido as suposições restritivas destes modelos, "a perspectiva mais realista parece ser a de que, para o comércio brasileiro, a reforma não trará benefícios diretos e imediatos de maior porte". Segundo estimativas otimistas deste autor, o crescimento das exportações brasileiras em decorrência da reforma das políticas agrícolas no GATT seriam restritos a açúcar, carne bovina, carne de aves e óleos vegetais, sendo o único crescimento projetado expressivo o de carne de aves, da ordem de 17,8% (Fonseca, 1994: 39).

Seguindo também esta abordagem mais crítica sobre os resultados líquidos da reforma, Abreu e Loyo (1994a: 81) afirmam que "os conflitos de interesses entre países em desenvolvimento e entre os que defendem a liberalização agrícola decorrem dos efeitos que possam advir da liberalização tanto do valor real dos produtos agrícolas quanto dos preços relativos entre os diferentes produtos de agricultura temperada e tropical". Segundo estes autores, uma importante replicação interna destes conflitos refere-se

ao dilema da política comercial nacional de um determinado país, que dependerá não só da magnitude das variações de preços dos produtos agrícolas como também da composição das pautas de importação e exportação. Outro conflito de política comercial de um país decorre de prováveis variações de preços de produtos de exportação em direção contrária, como por exemplo a redução dos preços da soja e elevação dos preços da carne caso ocorra como previsto uma redução da produção de carne e laticínios na União Européia.

Na esfera do Mercosul, do ponto de vista das vantagens comparativas correntes por matéria-prima agrícola, os diversos estudos (Wilkinson, 1995; Burnquist, 1994; Jank, 1994; Mendes, 1994) são convergentes na listagem das vantagens dos produtos por país. No comércio intra-bloco, a Argentina tem vantagem em primeiro lugar no trigo e milho, outros grãos em menor medida (feijão e arroz), produtos hortícolas (alhos, cebolas e ervilhas), uvas para vinicultura e algumas outras frutas, algodão em pluma e um impacto menor em laticínios. O Brasil, por outro lado, tem vantagens limitadas, sendo a maior a vantagem na carne de aves e produtos tropicais (café, açúcar, cacau e frutas) aproveitando-se das "margens preferenciais" (Abreu e Loyo, 1994b). O Brasil tem também vantagens em diversos produtos agrícolas processados devido a maior capacitação tecnológica e organizacional da agroindústria brasileira, o que ocorre também com o setor de máquinas agrícolas, mesmo que o fluxo de comércio intra-bloco a jusante e a montante da agricultura seja de pequena dimensão (Ibid.).

No comércio extra-bloco, Argentina e Uruguai tem grandes vantagens na carne de bovinos e cítricos, enquanto o Brasil, além de aves, dominam o mercado de suco de laranja concentrado e disputam com a Argentina vantagens na soja e derivados (Ibid.).

A eliminação das tarifas aduaneiras sobre os produtos agrícolas e a maior parte de derivados semi-elaborados e processados a partir de janeiro de 1995 colocou na ordem do dia as vantagens competitivas sistêmicas entre os países membros como definidor da esperada reestruturação do sistema agroindustrial, abrindo amplas possibilidades de desenvolvimento do comércio intra-indústria no âmbito do comércio comum regional (Wilkinson, 1995). O delineamento da nova divisão intra-regional do trabalho vai depender da capacidade das firmas líderes de promoverem transações comerciais inter-países aos níveis dos diversos segmentos produtivos dos complexos agroindustriais para explorarem a estratégia de "regional sourcing".

Na esfera da política brasileira de liberalização comercial, a desregulamentação desde início de 1990 tem se dado principalmente através de redução substancial do imposto de importação de insumos para a agricultura e produtos agrícolas e retirada dos monopólios estatais de comercialização dos produtos tropicais mais importantes. No entanto, avalia-se que as exportações agrícolas e de semi-processados continuam excessivamente taxadas, prejudicando a competitividade brasileira (Burnquist, 1994).

Até agora trigo e algodão são identificados como os produtos mais penalizados pela abertura. A produção doméstica de trigo caiu de 6 milhões de ton. em 1987 para 3.8 milhões em 1992, enquanto as importações saltaram no mesmo período de 2,8 milhões para 6.6 milhões. Mesmo com este crescimento vertiginoso de 135% das exportações, a participação do trigo na pauta de importações agrícolas brasileiras

caiu de 80% em 1984 para 50% atualmente, indicando que o país tornou-se um importador sistemático de outros cereais, especialmente arroz e milho, além de outros produtos agrícolas como algodão, mate e cevada (Jank, 1994). Resta saber como a atual política de desregulamentação agrícola voltada principalmente para os objetivos de estabilização dos preços internos será convertida em política de estímulo a competitividade sob as novas regras do C \ TT e Mercosul, implicando também em políticas internas de reconversão produtiva de "produtores marginais" fragilizados.

### **3 DIMENSÃO REGIONAL DA ABERTURA COMERCIAL DA AGRICULTURA**

Propomos uma agenda de dois temas amplos, com grande interação entre-si e que podem provocar efeitos regionais distintos com o processo de liberalização comercial: localização, sistema de transportes e logística de comercialização; tipo de produto, estrutura agrária e estrutura agro-industrial.

Esta agenda organiza-se com base no conceito de competitividade sistêmica, a qual não reduz as vantagens comparativas à menores custos na produção mas engloba aspectos da rede de fornecedores e distribuição.

#### *i) Localização, sistema de transportes e logística de comercialização*

Dois tipos de regiões podem ser mais vulneráveis quanto ao aspecto locacional-logístico: regiões distantes dos centros de consumo e terminais de exportação e regiões próximas de outras regiões agrícolas localizadas em outros países que podem tornar-se fontes alternativas de suprimento à agroindústria nacional através da estratégia de "regional sourcing".

No caso brasileiro, o Centro-Oeste representa o primeiro tipo de região, sendo uma base de exportação para o resto do país e para o exterior. Ao nível do Mercosul, a competitividade com outros países membros tende a se concentrar na exportação para terceiros países ao invés do mercado intra-regional, a medida que for fixada a tarifa comum de exportação. Neste sentido, os custos de transporte e logística de armazenamento, classificação e escoamento da produção são decisivos. Cálculos do Iparde (1993) sobre o custo FOB dos produtos do complexo soja entre Paraná e Argentina apontam para um custo superior paranaense de 12.2% no grão, 19.3% no farelo e 15.5% no óleo. Este dado é preocupante quando se sabe que o custo FOB do Paraná está na escala inferior da média brasileira, enquanto o custo do Centro-Oeste localiza-se na escala superior.

A região Sul brasileira representa o segundo tipo, com a competitividade se dando não apenas em terceiros mercados mas em grande medida na disputa do mercado intra-regional. Na estratégia da agroindústria de "regional sourcing", o comércio intra-setorial a nível do mercado comum tende a intensificar a competição das regiões agrícolas entre países como fontes alternativas de suprimento de matéria-prima. Para a cultura do milho, por exemplo, estudos do Iparde (1994) sobre os custos totais de



produção e transporte do produto dos centros de produção (Cascavel-PR, Chapecó-SC e Carazinho-RS, Córdoba-AR, Santa Fé-AR e Buenos Aires-AR) para centros de consumo regional (Cascavel-PR, Chapecó-SC e Carazinho-RS) indicam que, na hipótese do sistema de transporte hidro-rodoviário, todos os centros de consumo brasileiros ficam expostos à importação argentina.

O quadro multilateral de liberalização dos mercados internacionais de commodities agrícolas tende, portanto, a impor ao país uma profunda reestruturação da logística de distribuição e transporte, considerado a maior desvantagem competitiva brasileira no mercado internacional de grãos (McGarry et al., 1992). Esta desvantagem de custo poderá ter um impacto desestruturador sobre as regiões agrícolas de expansão recente do Centro-Oeste e sua extensão Norte, no âmbito das importações e exportações. No âmbito das importações, o maior problema é a chamada "competição espúria" dos produtores desenvolvidos em função dos subsídios na origem, ameaçando especialmente o segmento de cereais e carnes nas regiões brasileiras com desvantagens de custo ao nível da logística de distribuição. No âmbito das exportações, estes subsídios ameaçam ao nível dos mercados de terceiros, sendo os produtos mais ameaçados os do complexo soja, onde a fronteira do centro-oeste tem tido o maior crescimento relativo.

## *ii) Tipo de produto, estrutura agrária e estrutura agro-industrial*

Neste sentido, os efeitos da liberalização sobre as regiões vão depender em grande parte das especializações agrícolas regionais. Entretanto, a estrutura agrária e a organização agroindustrial vão também influenciar o grau de sensibilidade regional à abertura. O Quadro 1 apresenta um cenário grosseiro sobre a sensibilidade regional segundo estas variáveis em relação aos possíveis aumentos de importações competitivas ou expansão das exportações.

### **QUADRO 1**

#### **Sensibilidade regional da abertura comercial da agricultura brasileira**

Produto	trigo	soja	milho	aves	bovinos	leite	algodão	frutas	feijão	arroz	culturas tropicais
Sul	M-a	X-?	M-a	X-m	X-b	M-a	M-b	M-m	M-m	-	-
Sudeste	M-b	-	M-b	-	X-b	-	M-b	-	M-?	M-?	X-m
Centro-Oeste	-	X-?	M-?	-	X-b	-	-	-	-	M-b	-
Nordeste	-	-	M-?	-	-	-	M-b	X-?	M-?	M-?	X-b
Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**M:** importações; **X:** exportações

Sensibilidade: **a** (alta), **m** (média), **b** (baixa), **?** (indefinida)

A Região Sul está sendo a mais afetada pela liberalização tendo em vista a constituição do Mercosul e o fato de sua agricultura possuir uma grande diversificação produtiva de produtos de exportação. No âmbito estrito da agricultura as perdas são bem mais significativas do que os ganhos, atingindo diversas culturas tradicionais da região. As projeções apontam a agricultura gaúcha como a mais atingida, particularmente no caso do trigo, em função da tecnologia empregada e as distancias entre zonas produtoras e os mercados de consumo do Sudeste (Silva, 1994: 37).

Um aspecto comum a todos os estados sulinos e a seria ameaça ao sistema de policultura da produção familiar da região. Os pequenos agricultores são considerados o elo mais fraco da agricultura regional, pelo fato de possuírem níveis inferiores de produtividade (Ipardes, 1994) e estarem ameaçados pelas importações de diversos culturas alimentares, principalmente trigo, milho, feijão, leite e uva para vinicultura. Como ressalta Wilkinson (1995: 62), os riscos de desarticulação deste sistema decorre das próprias características de seu funcionamento baseado em três elementos: "o produto de integração agroindustrial"<sup>1</sup>, uma lavoura que servia de rações diretamente na propriedade ou indiretamente em termos de abastecimento regional, e um grupo de produtos divididos entre auto-consumo e venda através dos canais tradicionais de comercialização". As importações tendem a desarticular um ou mais elementos da cadeia de reprodução da policultura, quer seja o produto de integração (como a uva), a lavoura de insumos (como o milho) ou o produto de auto-consumo e venda na comercialização tradicional (como o feijão ou leite). A estimativa do impacto da competitividade argentina sobre os pequenos produtores de leite sulinos ilustra esta ameaça. Devido a produtividade inferior a 2000 litros/vaca/ano e proximidade geográfica do país exportador, estes produtores serão os mais atingidos pelas exportações argentinas, prevendo-se que 140000 agricultores serão atingidos (Silva, 1994).

O elemento que contra-balança estas desvantagens da agricultura sulina é a sólida estrutura agroindustrial da região, com vantagens tecnológicas e/ou organizacionais sobre as congêneres argentina e uruguaia, como e o caso da indústria vinícola, da indústria de aves, dos moinhos de trigo ou da indústria de laticínios. No entanto, a estratégia agroindustrial de "regional sourcing" pode ser uma ameaça ao elo frágil da agricultura sulina a não ser que as estratégias de reconversão produtiva da policultura representem um passo a frente na integração dos pequenos produtores ao mercado (Wilkinson, 1995).

O outro extremo dos impactos regionais é a Região Nordeste que aparentemente estaria imune ou favorecida pela abertura. Imune tendo em vista a distancia dos países do Mercosul e a não-especialização em produtos temperados. Favorecida pelo esperado crescimento das exportações mundiais de açúcar e de seus preços internacionais (Abreu e Loyo, 1994b e Fonseca, 1994), produto agrícola de maior peso na pauta de exportação regional, além do esperado crescimento das exportações emergentes de frutas tropicais.

No entanto, um aspecto do impacto da abertura até agora pouco contemplado pela literatura e o efeito da liberalização dos mercados domésticos agrícolas sobre a mudança na composição da oferta agrícola nacional entre produtos comercializáveis ("tradables") e não-comercializáveis ("non-tradables"), o que certamente trará impactos nas regiões agrícolas com participação predominante de "non-tradables".

---

<sup>1</sup> Aves ou suínos ou fumo ou uva.



como o Nordeste. A abertura comercial constitui-se num processo de ampliação da internacionalização dos mercados agrícolas, que até os anos 1980 foram restringidos pelo protecionismo dos países em desenvolvimento a diversos produtos alimentares básicos ("staples") voltados para mercado o mercado doméstico. Soma-se a isto, a crescente dependência brasileira da importação de grãos para abastecimento interno (Jank, 1994), especialmente "staples" como arroz e milho. O resultado líquido desta transformação de produtos até então de "mercado interno" em produtos "comercializáveis" expostos à competição internacional poderá ser a desarticulação dos elos frágeis da policultura familiar de subsistência, com grande presença no Nordeste. Caso ocorra, este fenômeno seria uma repetição trágica da transformação do trigo em "staple" principal da dieta de inúmeros países pobres nos anos 1960, garantido pelos excedentes dos países desenvolvidos, que abarrotaram o mercado internacional com os programas de ajuda e preços internacionais deprimidos, desarticulando os sub-sistemas agrícolas destes países (Friedmann, 1982).

O impacto sobre o Centro-Oeste é ainda indefinido, dependendo da confirmação das expectativas sobre a queda dos preços internacionais da soja em até 16% e redução do volume global de exportações em 5,3 milhões de toneladas (Abreu e Loyo, 1994: 56-57). Além disso, o esperado crescimento do quantum das exportações mundiais de arroz entre 2,5 e 6,4 milhões de toneladas não deve aumentar o valor destas exportações, tendo em vista os cenários de queda dos preços internacionais e em particular dos preços médios nos países em desenvolvimento em torno 22% (Ibid.), com possíveis efeitos negativos para áreas de arroz de sequeiro do cerrado, com custos não-competitivos mesmo aos preços correntes do mercado internacional.

Espera-se para a Região Sudeste um quadro de relativa estabilidade de sua produção agrícola, fortemente articulada à agroindústria, com fortes economias de transação e escala ao nível das relações entre fornecedores de matérias-primas agrícolas e usuários processadores, o que torna a agricultura regional mais imune aos impactos da abertura externa.

#### **4 COMENTÁRIOS FINAIS**

Com base na seção anterior, conclui-se que os impactos da liberalização agrícola sobre o desenvolvimento regional são incertos, não apenas em função dos diversos cenários possíveis para o comércio agrícola internacional (Fonseca, 1994; Abreu e Loyo, 1994b) mas da instabilidade interna e das dificuldades daí advindas para o planejamento de longo prazo do desenvolvimento regional. Este seria crucial para a superação de desvantagens competitivas agrícolas brasileiras que ficaram a nu com o processo de abertura, principalmente na esfera da logística e mercadológica, cadeia de valores para a qual as vantagens competitivas agroindustriais vem se deslocando (Wilkinson, 19950). Os nexos específicos de

transações entre fornecedores, clientes e consumidores pressupõem uma logística de distribuição e circulação de produtos altamente flexível em termos organizacionais e eficiente em termos de custo de transportes e acessibilidade dos mercados finais. Certamente, esta é a esfera mais deficiente do sistema agro-industrial brasileiro, particularmente no subsistema de distribuição da produção agrícola, cabendo ao planejamento público um importante papel na superação deste gargalo da competitividade agroindustrial brasileira.

A sensibilidade das regiões em relação a abertura comercial agrícola foi analisada tendo em vista as atuais especializações regionais e o aspecto estrito dos fluxos comerciais. No entanto, cenários futuros sobre impactos regionais deveriam levar em conta dois novos aspectos da competitividade do sistema agroalimentar mundial no contexto da globalização e flexibilização dos mercados de matérias-primas agrícolas ("global-sourcing") e internacionalização da produção agroindustrial.

No âmbito da especialização agrícola, o fenômeno da flexibilização de fontes alternativas de matérias-primas coloca como condição da competitividade regional a capacidade de conversibilidade da agricultura regional, dado o atual nível de modernização e a predominância de insumos e equipamentos genéricos (Wilkinson, 1995: 79). Mesmo que as dotações naturais estáticas restrinja o escopo de conversibilidade regional, a maior capacitação tecnológica dos produtores de uma região atua na direção de ampliação deste escopo, possibilitando à agricultura de uma região romper com a rigidez de cadeia de um produto específico, aumentando seu grau de autonomia em relação à segmentos específicos da agroindústria. Isto possibilita, ao mesmo tempo, as regiões modificarem seu "mix" de produto em função das mudanças de preços e condições competitivas no mercado internacional.

Finalmente, no âmbito dos fluxos regionais, o novo cenário de intensificação dos fluxos de mercadorias agroindustriais tem como característica o comércio intra-indústria, cuja interface é o aumento dos fluxos de investimentos cruzados inter-países de empresas que adquirem o perfil de verdadeiras multinacionais, como já ocorre em outros segmentos industriais. Esta nova tendência elimina a existência do "complexo industrial" como um encadeamento linear de etapas a nível nacional, questionando a perspectiva de competitividade com bases na busca da auto-suficiência nacional (Ibid.: 78). Como consequência, a rigidez das especializações regionais segundo vantagens estáticas e com base em alguns complexos deve ser flexibilizada na direção da diversificação agrícola e industrial das regiões.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M.P. e Loyo, E. (1994a), A estrutura do comércio agrícola mundial: fundamentos dos interesses liberais e protecionistas, in M.H.Fagundes (org.), *Políticas agrícolas e o comércio mundial, Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 28*, Brasília: IPEA.
- ABREU, M.P. e Loyo, E. (1994b), Globalização e regionalização: tendências da economia mundial e seu impacto sobre os interesses agrícolas brasileiros, *Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 5*, Brasília: IPEA
- ALBUQUERQUE, R.C. e Villela, R. (1991), A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas, in J.P. dos Reis Velloso (org.) *A questão social no Brasil*, São Paulo: Nobel.
- BURNQUIST, H.L. (1994), Liberalização comercial: um fator de desenvolvimento do setor agrícola, *Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 14*, Brasília: IPEA.
- CHENERY, H., Robinson, S., Syrquin, M. (1986), *Industrialization and growth: a comparative study*, New York: Oxford University Press.
- DINIZ, C.C. (1993), Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização, *Nova Economia*, vol 3 no. 1.
- DINIZ, C.C. e Crocco, M.A. (1995), O novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes, *Anais VII Seminário Sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.
- FAGUNDES, M. H. (1994), Introdução, in M. H. Fagundes (org.), *Políticas agrícolas e o comércio mundial, Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 28*, Brasília: IPEA.
- FONSECA, R. B. (1994), A reforma das políticas agrícolas dos países desenvolvidos: impactos sobre o comércio mundial, *Série Estudos de Política Agrícola, Documentos de Trabalho 8*, Brasília: IPEA.
- FRIEDMANN, H.(1982), The political economy of food: the rise and the fall of the post-war international food order, *American Journal of Sociology*, 88 (supplement). Ipardes (1993), Política de reconversão: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão, *Série Estudos de Política Agrícola, Documentos de Trabalho 19*, Brasília: IPEA.
- JANK, M. (1994), O Brasil e o comércio mundial de grãos, in M. H. Fagundes (org.), *Políticas agrícolas e o comércio mundial, Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 28*, Brasília: IPEA.
- MENDES, A. G. (1994), Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola, *Série Estudos de Política Agrícola, Relatórios de Pesquisa 10*, Brasília: IPEA.
- MORGAN, D. (1979), *Merchants of grain*, New York: The Viking Press. McGarry, M., Lacroix, R., McMahon, M., Hill, L., Glaessner, T., and Reid, J. (1992), Brazil: grain marketing, institutions, and policies, in M. McGarry and A. Schmitz, *The world grain trade*, London: Westview Press-Pinter.
- SILVA, E. R. A. (1994), Mercosul: base de dados da integração agrícola e agroindustrial, *Série Estudos de Política Agrícola, Documentos de Trabalho 24*, Brasília: IPEA.
- WILKINSON, J. (1995), *Setores agroindustriais sensíveis no contexto da integração regional do Mercosul*, Projeto FAO/TCP/RLA/4452, MIMEO.